



PRÁTICAS EDITORIAIS PREDATÓRIAS

Tem sido cada vez mais comum recebermos constantes e-mails de editoras e revistas com convite para publicar. Inclusive convite este já direcionado a publicação novamente de artigos já publicados em periódicos científicos ou trabalhos em Anais de eventos. O que vem a ser isso? Trata-se de uma prática editorial predatória de revistas e editoras “caça-níqueis”, onde a publicação só ocorre mediante o pagamento de uma “taxa de publicação” dos autores, configurando, assim, uma prática predatória. Esta prática fere totalmente as bases do Movimento de Acesso Aberto, segundo Costa (2017), iniciado na década de 1990 em reconhecidas universidades do mundo, para que as publicações geradas no âmbito das mesmas fossem de acesso aberto com a finalidade de democratizar os resultados das pesquisas. Assim, o acesso aberto, ainda conforme Costa, foi implementado por iniciativas que surgiram no final da referida década, o qual ganhou adeptos mundialmente por meio de declarações e manifestos. Especificamente, quanto ao Brasil, este foi convidado oficialmente, em 2003, a aderir ao movimento de acesso aberto, do qual faz parte desde então, com o Manifesto brasileiro de apoio ao Acesso Aberto à informação científica, lançado em 2005, e, posteriormente, o estabelecimento da Política Nacional de Acesso Aberto no Brasil (Costa, 2017). Em 2016, o Brasil, por meio do Ibict, lançou o Manifesto de Acesso Aberto a Dados da Pesquisa Brasileira para Ciência Cidadã”. Cumpre destacar, a partir do histórico delineado por Costa (2017) que o Brasil sempre esteve na vanguarda deste movimento a partir de iniciativas de acesso à informação científica como a criação da Scientific Electronic Library Online (SciELO), da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), do Portal Brasileiro de Publicações Científicas em Acesso Aberto (OASISbr), são alguns exemplos. Por sua vez, as instituições de ensino superior e pesquisa, a partir da política macro, estabeleceram suas políticas institucionais de acesso aberto, a exemplo dos portais de periódicos científicos eletrônicos e repositórios institucionais.

Apesar de todas estas iniciativas, vemos crescer as práticas editoriais predatórias, tanto que recentemente, estas ensejaram, desde 2023, pesquisa pertinente e necessária, ainda em execução, realizada por pesquisadores do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (Ibict), que visa mapear revistas científicas que apresentam indícios de práticas editoriais predatórias, como “esforço mais amplo para assegurar a integridade da comunicação científica no Brasil” (Abec, 2024, online), onde um dos resultados sinalizou 66 revistas brasileiras mencionadas em 478 denúncias como envolvidas em práticas editoriais suspeitas.

A comunidade acadêmico-científica precisa dizer não às práticas editoriais predatórias, ser criteriosa na escolha dos periódicos científicos para publicar, fazendo jus ao que foi construído, conquistado e consolidado pelo Movimento de Acesso Aberto. A PG&C, que faz parte deste movimento e defende a integridade da comunicação científica, coloca à sua inteira disposição o v. 14, n. 2, maio/ago. 2024. Esta edição contempla oito Relatos de Pesquisa e dois Relatos de Experiência, além deste Editorial e o expediente. Agradecemos por caminharem conosco, pela confiança e pelo o interesse em nosso trabalho. Boa leitura e até o nosso próximo número!

João Pessoa, Paraíba, Brasil, 17 de setembro de 2024.

Os Editores

Luciana Ferreira da Costa e Jorge de Oliveira Gomes

REFERÊNCIAS

COSTA, L. F. Acesso aberto: disponibilização online e irrestrita à informação científica. In: COSTA, L. F. **A Museologia no Brasil, século XXI: atores, produção científica e estratégias**. 2017. 360f. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Ciência – especialidade Museologia) – Universidade de Évora, Portugal, 2017. p. 114-125. Disponível em: <https://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/21966>. Acesso em: 09 set. 2024.